



**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO
EXCLUSIVA**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS Nº 06/2019, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA
FONSECA – CEFET/RJ E A EMPRESA AIR
TIME RJ AR CONDICIONADO EIRELI - EPP**

A União, por intermédio do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ, com sede na Av. Maracanã, 229 - Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro/Estado do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ sob o nº 42.441.758/0001-05, neste ato representado pelo Diretor-Geral, Carlos Henrique Figueiredo Alves, nomeado pela Portaria nº 812, de 22 de junho de 2011, publicada no DOU de 24 de junho de 2011, inscrito no CPF nº 664.099.777-00, portador(a) da Carteira de Identidade nº 04.545.044-2, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) AIR TIME RJ AR CONDICIONADO EIRELI - EPP inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 17.869.849/0001-07, sediado(a) na RUA DESEMBARGADOR IZIDORO, 28 – SALA 1004 – TIJUCA – CEP: 20521-160 , em RIO DE JANEIRO - RJ doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) RICARDO BEZERRA FREITAS, portador(a) da Carteira de Identidade nº 046676268, expedida pela (o) DETRAN, e CPF nº 546.261.967-72, tendo em vista o que consta no Processo nº 23063.003254/2018-88 e em observância às disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997, do Decreto, 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008 e alterações, nº 02 de 11 de outubro de 2010 e 01 de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n 6.204, de 05 de setembro de 2007, aplicando-se subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, pelo Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e suas alterações posteriores e demais normas pertinentes nas condições estabelecidas no Edital e Anexos, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão nº 56/2018**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1.** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de manutenção predial preventiva, corretiva, com fornecimento de epi's, uniformes, ferramentas, materiais de consumo/insumos, peças e mão de obra, bem como para a realização de serviços eventuais com fornecimento de peças e materiais diversos, nos equipamentos e instalações prediais utilizados pelo Campus Petrópolis do CEFET/RJ que se localiza **na Rua do Imperador, 971 – Centro –**



Petrópolis – do CEFET-RJ, conforme orientações contidas na IN-18/1997 de 22/09/1997 e suas alterações, IN-02/2008 de 30/04/2008 e suas alterações (IN 03, 04, 05/2009 e 06/2013), bem como as determinações contidas no Decreto Presidencial nº. 5.940 de 25/10/2006, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Item	Objeto	Un	Quant.	Valor Mensal Estimado R\$	Valor Global Estimado R\$
01	Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços contínuos, com dedicação exclusiva de mão de obra , de manutenção predial preventiva, corretiva, com fornecimento de material de consumo e insumos , e contratação de empresa especializada, para prestação de serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra , para manutenção dos equipamentos de Ar Condicionado, Vidraçaria, com fornecimento de peças, insumos e materiais diversos sob demanda, nos equipamentos e instalações prediais do Campus Petrópolis do CEFET/RJ que se localiza na Rua do Imperador, 971 – Centro – Petrópolis – RJ	Serv.	01	R\$ 14.603,88	R\$ 754.800,00
Vigência: 12 meses					

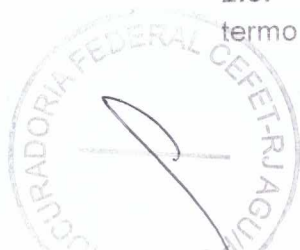
2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1.** Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2.** A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- 2.1.3.** O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.4.** A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.



3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. Valor estimado mensal da contratação é de R\$ 14.603,88 (quatorze mil, seiscentos e três reais e oitenta e oito centavos), perfazendo o valor total de R\$ 754.800,00 (setecentos e cinquenta e quatro mil e oitocentos reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o presente exercício, na classificação indicada no edital.

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos disponibilizados para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

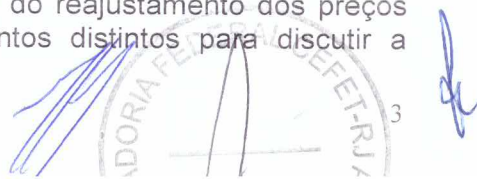
6. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO

6.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e **observado o interregno mínimo de 1 (um) ano** contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

6.1.1. A solicitação de repactuação será entregue impressa pelo preposto da empresa ao fiscal de contrato, contendo:

- a)** Solicitação formal da empresa identificando entre outros, o número da licitação, a data de abertura da sessão, o número do contrato e a data de início da vigência do contrato; devidamente assinada pelo representante legal da empresa.
- b)** Planilha de Formação de Preços devidamente atualizada.
- c)** Cópia do dissídio coletivo homologado, emitido a partir do sítio do Ministério de Trabalho e Emprego.
- d)** Cópia da publicação de Lei ou Decreto Municipal ou Estadual para fins de comprovação da modificação dos valores de auxílio transporte.
- e)** Quando necessário for, nota fiscal original da aquisição de insumos ou equipamentos e respectiva cópia para autenticação por servidor.
- f)** Demais documentos que justifiquem a solicitação e que entender necessários.

6.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a

 ADORIA FELICIANO DE F. RJ 3

variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.3.O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.3.1.Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.3.2.Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

6.3.3.Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

6.4.Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.5.O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão-de-obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.6.Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.7.Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

6.7.1. Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

6.7.2. Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

6.7.3. Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

6.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

6.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento



legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

6.11 A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

6.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.13. Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

3.3.1 Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

6.13.2. As particularidades do contrato em vigência;

6.13.3. A nova planilha com variação dos custos apresentados;

6.13.4. Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

6.13.5. Índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.

6.13.6. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

6.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

6.14.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

6.14.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

6.14.3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

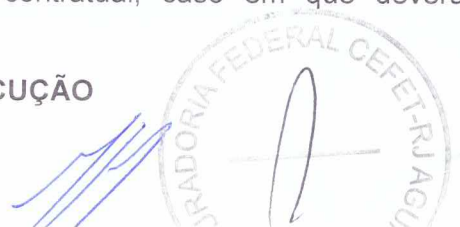
6.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

6.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO



7.1. Para a fiel execução do Contrato, a título de garantia, no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital, será exigida da CONTRATADA a apresentação de garantia contratual no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, com validade para o período de execução do mesmo, de acordo o Artigo 56 da Lei 8.666/93, podendo ser apresentada nas seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro;
- b) Seguro garantia;
- c) Fiança bancária

7.2. Serão observadas as condições previstas no Edital

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

8.2. O Contrato será acompanhado e fiscalizado pelos servidores **THIAGO MARQUES ESTEVES e JONATAN ROCHA GOMES**, gestor e substituto de gestor, respectivamente, designados através de Portaria específica expedida pelo Diretor-Geral do CEFET/RJ, atendendo ao Artigo 67 da Lei 8.666/93. Independente de qualquer aviso o CEFET/RJ, a seu critério, poderá fazer a substituição dos gestores, sem que haja necessidade de elaboração de Termo Aditivo.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA- PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.



12. CLÁUSULA DÉCIMA- SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA- QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.



Handwritten signature and official stamp of the Procuradoria Federal CEFET-RJ AGUIP/G. The stamp is circular and contains the text "PROCURADORIA FEDERAL CEFET-RJ AGUIP/G".

15. CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – FORO

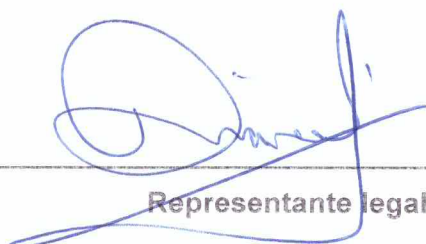
- 15.1.** O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - Justiça Federal.
- 15.2.** Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinada pelos contraentes.

Rio de Janeiro, 01 de Janeiro de 2019.



Maurício Saldanha Motta
Vice-Diretor
CEFET/RJ
SIAPE: 360990

Carlos Henrique Figueiredo Alves
Diretor-Geral do CEFET/RJ



Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF: _____ ASS.: _____

CPF: _____ ASS.: _____





AUTORIZAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DA GARANTIA E DE PAGAMENTO DIRETO (A SER PREENCHIDO NO MOMENTO DA ASSINATURA DO CONTRATO)

(arts. 19-A e 35 da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008)

CONTRATO Nº 06/2019

AIR TIME RJ AR CONDICIONADO EIRELI - EPP, com sede na RUA DESEMBARGADOR IZIDORO, 28 – SALA 1004 – TIJUCA – CEP: 20521-160, inscrita no CNPJ nº 17.869.849/0001-07, por intermédio de seu representante legal, RICARDO BEZERRA FREITAS, diretor portador da Cédula de Identidade RG nº 046676268 e do CPF nº 546.261.967-72, **AUTORIZA** o CEFET/RJ, para os fins dos artigos 19-A e 35 da Instrução Normativa nº 02, de 30/04/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão n 56/2018:

- 1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme o artigo 19-A, inciso V, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008;
- 2) que o CEFET/RJ poderá realizar o provisionamento dos valores para o pagamento de férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados na execução do contrato a serem depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa (indicar o nome da empresa) junto a instituição bancária oficial, conforme o artigo 19-A, inciso I, e Anexo VII, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008, cuja movimentação dependerá de autorização prévia do CEFET/RJ, que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.
- 3) que os valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS sejam retidos na fatura e depositados diretamente nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores alocados na execução do contrato, observada a legislação específica, e conforme o artigo 19-A, inciso II, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008;
- 4) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, conforme artigos 19, XIX, e 35, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2019.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE CONTRATO

Pelo presente Termo, fica RETIFICADO o Contrato nº 06/2019, celebrado entre o CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA e a empresa AIR TIME RJ AR CONDICIONADO EIRELI - EPP, que tem por objeto a prestação de serviço continuado de manutenção predial do Campus Petrópolis do CEFET/RJ.

Onde se lê:

1.1. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Item	Objeto	Un	Quant.	Valor Mensal Estimado R\$	Valor Global Estimado R\$
01	Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços contínuos, com dedicação exclusiva de mão de obra , de manutenção predial preventiva, corretiva, com fornecimento de material de consumo e insumos , e contratação de empresa especializada, para prestação de serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra , para manutenção dos equipamentos de Ar Condicionado, Vidraçaria, com fornecimento de peças, insumos e materiais diversos sob demanda, nos equipamentos e instalações prediais do Campus Petrópolis do CEFET/RJ que se localiza na Rua do Imperador, 971 – Centro – Petrópolis – RJ Vigência: 12 meses	Serv.	01	R\$ 14.603,88	R\$ 754.800,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

(...)

"CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. Valor estimado mensal da contratação é de R\$ 14.603,88 (quatorze mil, seiscentos e três reais e oitenta e oito centavos), perfazendo o valor total de R\$ 754.800,00 (setecentos e cinquenta e quatro mil e oitocentos reais).

(...)"

Leia-se:

1.1. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Item	Objeto	Un	Quant.	Valor Mensal Estimado R\$	Valor Global Estimado R\$
01	Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços contínuos, com dedicação exclusiva de mão de obra , de manutenção predial preventiva, corretiva, com fornecimento de material de consumo e insumos , e contratação de empresa especializada, para prestação de serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra , para manutenção dos equipamentos de Ar Condicionado, Vidraçaria, com fornecimento de peças, insumos e materiais diversos sob demanda, nos equipamentos e instalações prediais do Campus Petrópolis do CEFET/RJ que se localiza na Rua do Imperador, 971 – Centro – Petrópolis – RJ	Serv.	01	-	R\$ 754.800,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

	Vigência: 12 meses				
Subitem 01	Serviço contínuo COM dedicação exclusiva de Mão de obra		12 meses	R\$ 14.603,88	R\$ 175.246,62
Subitem 02	Fornecimento de Material sob demanda		12 meses	-	R\$ 380.457,29
Subitem 03	Serviço contínuo SEM dedicação exclusiva de Mão de obra		12 meses	-	R\$ 199.095,79

(...)

“CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. Valor estimado mensal da contratação para dedicação exclusiva de mão de obra é de R\$ 14.603,88 (quatorze mil, seiscentos e três reais e oitenta e oito centavos), perfazendo o valor estimado total de R\$ 754.800,00 (setecentos e cinquenta e quatro mil e oitocentos reais), em que se incluem ainda o fornecimento de material sob demanda no valor de R\$ 380.457,29 (trezentos e oitenta mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e vinte e nove centavos) e o serviço contínuo sem mão de obra exclusiva no valor de R\$ 199.095,79 (cento e noventa e nove mil, noventa e cinco reais e setenta e nove centavos).

(...).”

Ficam ratificados todos os demais termos do Contrato aqui tratado.

CARLOS HENRIQUE FIGUEIREDO ALVES
Diretor Geral do CEFET/RJ.

Maurício Saldanha Motta
Vice-Diretor
CEFET/RJ
SIAPE: 390990



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO



Publicado em: 11/02/2019 | Edição: 29 | Seção: 3 | Página: 41
Órgão: Ministério da Educação/Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

EXTRATO DE CONTRATO Nº 6/2019 - UASG 153010

Processo: 23063003254201888. PREGÃO SISPP Nº 56/2018. Contratante: CENTRO FED DE ED TECNOLÓGICA CELSOSUCKOW DA FONSECA RJ. CNPJ Contratado: 17869849000107. Contratado : AIR TIME RJ AR CONDICIONADO EIRELI. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de manutenção predial para o Campus de Petrópolis do CEFET/RJ. Fundamento Legal: Lei 8666/93, suas atualizações e outros dispositivos legais. Vigência: 01/02/2019 a 01/02/2020. Valor Total: R\$754.800,00. Fonte: 8100000000 - 2019NE800004. Data de Assinatura: 01/02/2019.

(SICON - 08/02/2019) 153010-15244-2019NE800050

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada (pdf).

